

Tiago Eloy Zaidan

O arriscado jogo democrático: a conjuntura político-social de Alagoas no pré-1964

Introdução

O presente artigo tem como objeto o cenário conjuntural do Estado de Alagoas no pré-1964, mais especificamente a partir de meados da década de 1950. Tem em vista empreender uma revisão histórica sobre o período que antecedeu ao golpe de Estado modernizante-conservador brasileiro e identificar os diferentes *blocos históricos* em disputa na esfera sócio-política alagoana, bem como estudar as suas composições, vínculos ideológicos e econômicos e interesses envolvidos.

A expressão “modernizante-conservador”, adotada aqui, é oriunda da obra de Barrington Moore Jr. para conceituar o modelo de desenvolvimento engendrado no Brasil durante o regime ditatorial (1964-1985) - que manteve elementos arcaicos, da velha ordem, em um contexto relativamente novo, permeado por modificações efetivas que ocorreram, especialmente, no setor produtivo, modernizando-o e ampliando-o (COUTINHO, 2001, p.104-105).

Este artigo é fruto parcial de pesquisa de mestrado engendrada pelo autor no Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do professor doutor Marco Mondaini, e vale-se de categorias sociológicas de Gramsci, como “bloco-histórico” e “disputa pela hegemonia ou consenso”. Embora a categoria de “disputa pelo consenso”, em Gramsci, seja melhor aplicada no bojo de





sociedades civis consolidadas e complexas, o que não era o caso da sociedade alagoana no pré-1964, a batalha de ideias - inerente a uma disputa pela hegemonia - não deixa de existir mesmo aqui – no recorte temporal deste artigo -, ainda que marginalizada em detrimento de uma ditadura sem hegemonia, calcada no fortalecimento dos aparelhos militares e burocráticos de coerção.

Por bloco-histórico entenda-se um agrupamento de forças sociais organizadas em uma plataforma comum, desenvolvida a partir de um consenso, cuja formação é liderada por uma “classe hegemônica” que, habilmente, incorpora algumas demandas de outros grupos sociais, aglutinando-os em torno de sua causa revolucionária.

Os blocos-históricos

O estudo da conjuntura de Alagoas no pré-1964 descortinou a existência, na época, de dois blocos antagônicos – bastante heterogêneos. Os dois grupos disputavam com afinco, em Alagoas, o poder de Estado. Cada grupo, inclusive, valia-se de seus próprios jornais de circulação de massa. Tratavam-se dos blocos populista-trabalhista e do tradicional bloco conservador, agregado em torno da União Democrática Nacional (UDN) e da classe dos usineiros. A *Gazeta de Alagoas* – da Organização Arnon de Mello – e o *Jornal de Alagoas* – dos Diários Associados

– representavam os interesses do bloco conservador, ao passo que o *Diário de Alagoas* – que circularia até o início dos anos 1970 – assumia a expressão do grupo trabalhista (ZAIDAN, 2009). Havia ainda o semanário *A Voz do Povo* que, por sua vinculação ao Partido Comunista, “(...) não tinha a tranqüilidade suficiente para existir”, segundo faz saber o professor da Universidade Federal de Alagoas Alberto Saldanha (ZAIDAN, 2009), o que não raro impingia, à sua circulação, o estado de clandestinidade. A disputa entre os dois blocos averiguados em Alagoas seguia a tendência do embate verificada no cenário nacional: trabalhismo-reformista *versus* conservadores modernizantes.

Mostra exemplificativa da variedade presente no compósito do bloco populista trabalhista pode ser observada por meio de suas lideranças mais expressivas: Silvestre Pércles e Muniz Falcão. Embora ambos possuíssem características semelhantes no tocante ao posicionamento trabalhista e fossem estranhos às forças golpistas de 1964, o primeiro era anticomunista, ao contrário de Muniz (ZAIDAN, 2009). Em todo caso, Muniz devia a Silvestre o seu advento na vida pública no Estado (LINS, 2009, p.2). Pode-se afirmar que tal grupo possuía um posicionamento relativamente mais à esquerda, embora nem todos os membros do bloco populista-trabalhista possuíssem, necessariamente, ligações orgânicas com as esquerdas ou mesmo não encampasssem todas as suas demandas.

No ensejo, apesar da repressão, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) mantinha-se atuante. Liderado por Jaime Miranda, a organização contava, em seus quadros, com intelectuais – como Dirceu Lindoso –, líderes sindicais e operários – como Gilberto Soares Pinto – e jovens oriundos do movimento estudantil – como Selma Bandeira, Anivaldo Miranda e Manuel Lisboa (MIRANDA, 2004, p.4-5).

O PCB era o responsável pela publicação do impresso popular *A Voz do Povo*, que visava transmitir ideias socialistas e de organização sindical aos trabalhadores. Em um contexto de intensa intolerância no meio rural, o jornal *A Voz do Povo* cumpriu o importante papel de acolhedor de denúncias trazidas por delegações de trabalhadores do

campo, vítimas de violência por suas militâncias em propagação de sindicatos rurais ou de direitos trabalhistas básicos (MIRANDA, 2004, p.7).

A articulação trabalhadora no campo contava com a ação do PCB e de setores da esquerda católica, entidades que também se faziam presentes no seio do movimento estudantil, cuja articulação institucional dava-se em torno da União Estadual dos Estudantes de Alagoas (UEEA), do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Alagoas (DCE-UFAL) e da União dos Estudantes Secundários de Alagoas (UESA). Em contrapartida à mobilização da juventude de esquerda, a organização de inspiração integralista denominada Patrulha Nacional Cristã disputava espaço em congressos estudantis. A Patrulha Nacional Cristã era liderada pelo ultraconservador Vanilo Galvão (MIRANDA, 2004, p.7), à época ativo articulista do jornal *Gazeta de Alagoas*.

O movimento operário, por seu turno, pululava a partir das categorias dos trabalhadores das indústrias têxteis - em Maceió e na região metropolitana -, do porto de Jaraguá, do setor gráfico e ferroviário, dos Correios e Telégrafos e dos petroleiros. Também se destacavam as categorias dos rodoviários, liderados por Rubens Colaço, e dos bancários, liderados por Roland Benamour (MIRANDA, 2004, p.6). A influência do PCB fazia-se sentir no movimento sindical e estendeu-se até mesmo para setores do pequeno e médio empresariado, como os comerciantes do centro de Maceió (MIRANDA, 2004, p.6).

Com o golpe, o líder pecebista, Jaime Miranda, passou a ser perseguido. Sequestrado em fevereiro de 1975, já no Rio de Janeiro, jamais foi encontrado. Há suspeita de que Miranda teria sido arremessado, de helicóptero, em alto mar (LINS, 2009, p.4).

Por sua vez, o bloco conservador encontrava no estrato dos agroindustriais da cana de açúcar a sua liderança. Hegemônicos desde a consolidação da modernização dos antigos engenhos de cana de açúcar, em um processo relâmpago e eficiente ocorrido nas primeiras décadas do século XX (LINS, 2009, p.5), os empresários das usinas modernas arregimentaram ainda industriais urbanos - detentores de menor poder político e econômico - e demais estratos de agropecuaristas, como plantadores de cana, fornecedores das usinas. A despeito da introdução de fórmulas modernas do modo de produção capitalista, as usinas representaram a manutenção da cana de açúcar e seus derivados como elementos basais da economia do Estado, base esta que perdurava desde os tempos em que Alagoas ainda era parte do território de Pernambuco, ainda no século XVI (sua emancipação política viria apenas em 1817). Também não alterava o cenário de concentração fundiária e a visão elitista no tocante à relação do latifundiário com os trabalhadores (ZAIDAN, 2009).

Segundo o Censo de 1960, o Estado de Alagoas possuía 1 271 062 habitantes, dos quais 428 228 (33,69%) residiam nos perímetros urbanos e 842 834 (66,31%) residiam nas zonas rurais; 170 134 alagoanos residiam na capital Maceió (BRASIL, VII Recenseamento..., 1962, p. 3-11). Em 1962 os três diários matutinos e o único diário vespertino de Alagoas eram maceioenses. Entre os periódicos não diários, apenas um situava-se fora da capital - dados relativos à imprensa periódica destinada ao grande público e transmissora de informações de interesse geral (BRASIL, Anuário..., 1964, p. 357).

Governo Muniz Falcão

Para uma melhor compreensão do delineamento dos dois blocos históricos distintos, é pertinente o estudo da conjuntura de Alagoas na década de 1950, mais precisamente a partir do dia 3 de outubro de 1955, data em que Muniz Falcão elegeu-se governador do Estado, com o decisivo apoio de Silvestre Péricles, derrotando Afrânio Lages, candidato de Arnon de Mello (LINS, 2009, p.3). Com a derrota, Lages precisaria esperar o golpe de 1964 para, durante a ditadura, ser agraciado com o cargo máximo do executivo estadual.

Como governador, Muniz Falcão destacou-se por posicionamentos vanguardistas e até mesmo de composição com quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em seu governo, o PCB emplacou dois secretários de Estado: o general Henrique Oest e sua esposa, Paula Oest, que ocuparam, respectivamente, a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Educação (MIRANDA, 2004, p.9).

Todavia, no bojo de uma batalha de posições - com vistas à obtenção do poder do Estado - nenhuma ação é imune a reações. A insatisfação das classes dominantes no Estado podia ser medida nas ocasiões das viagens oficiais do então governador ao interior do Estado. Na época, em compensação à precariedade da indústria hoteleira na região, era comum a recepção e a hospedagem do governador em exercício ser providenciada pelas destacadas famílias, em suas casas, dos municípios visitados. Durante o mandato de Muniz, relatos dão conta de boicotes à sua recepção, como no ensejo da visita do mandatário estadual ao aristocrático município de Penedo, nas margens do Rio São Francisco (TENÓRIO, 1995, p.231).

Mas a oposição não se restringia à falta de hospitalidade. Liderado por Teotônio Vilela e Arnon de Mello, o bloco conservador agregado em torno do estrato agroindustrial da cana de açúcar exerceu uma intensa oposição que não se ateve somente às vias institucionais convencionais. Um polêmico processo de *impeachment* foi engendrado, a partir de 1957, contra o governador, o que acabou culminado com o episódio do tiroteio na Assembléia Legislativa. Envolvendo simpatizantes e, sobretudo, opositores de Muniz Falcão, o

evento acabou somando-se ao vasto repertório da tradição de violência política de Alagoas e do nordeste brasileiro (BALLOUSSIER, 2000, p.129).

No tiroteio, o partidário e sogro de Muniz Falcão, o deputado Humberto Mendes, acabou assassinado. Em contrapartida, o deputado opositor Carlos Gomes de Barros levou um tiro no pescoço e sobreviveu à custa de uma longa internação. O processo de *impeachment* alagoano repercutiu pelo Brasil por seu ineditismo, o que acabou atraindo jornalistas de outras regiões. Dentre estes estava o jovem repórter da revista *O Cruzeiro*, Márcio Moreira Alves – que mais tarde, durante a ditadura, experimentaria a berlinda após proferir contundente discurso, como deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) do Rio de Janeiro, contra o regime modernizante-conservador, o que culminaria com o AI-5. A cobertura do tiroteio na casa legislativa estadual deixou marcas em Moreira Alves. O repórter acabou alvejado – ao que tudo indica, acidentalmente – na altura da coxa (LINS, 2009, p.3).

Apesar dos discursos do bloco conservador contra Muniz, que invariavelmente explorava o fato deste não ser alagoano, rotulando-o como forasteiro, o governador contava com a simpatia da população (TENÓRIO, 1995, p.221), o que possivelmente corroborou com a não confirmação do impedimento. Embora mais desgastado e ainda sob cerrada vigilância da oposição oligárquica, Muniz conseguiu concluir o mandato, que se estendeu até 1960.

Pernambucano de Araripina, Muniz Falcão nasceu em 6 de janeiro de 1915. Filho de pequenos agricultores e pecuaristas, partiu para Alagoas apenas em 1942, para entrar para a história do Estado. Chegou a convite do interventor varguista Ismar de Góes Monteiro (parente de Silvestre Pércles), para chefiar a Delegacia do Trabalho no Estado. Poucos anos antes, em 1937, havia ingressado no serviço público, por meio de concurso, e chegara a

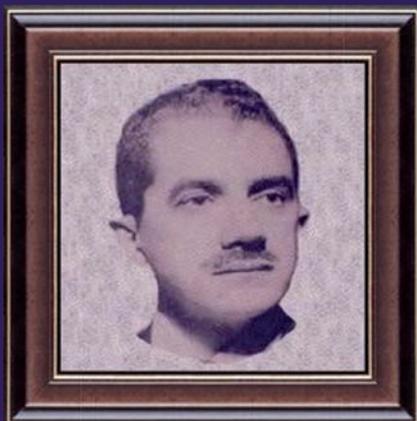
trabalhar no gabinete do ministro do trabalho (TENÓRIO, 1995, p.223-224).

Sua missão em Alagoas era cumprida com rigor. No seio de um capitalismo dependente e com fortes doses de anacronismos, onde os setores têxtil e, especialmente, agroindustrial da cana, ainda resistiam à aplicação das mais comezinhas leis trabalhistas, Muniz Falcão incomodou a ponto de, em 1945, após a queda de Vargas, ser exonerado do cargo – conquista do bloco conservador, após pressão na administração federal. Transferido para a Bahia, Muniz só retornaria a Alagoas em 1947, quando da eleição de Silvestre Pércles para governador do Estado (TENÓRIO, 1995, p.229). Com a proteção do governador, Muniz deu prosseguimento ao seu trabalho de propugnação da legislação trabalhista, criando sindicatos, inclusive.

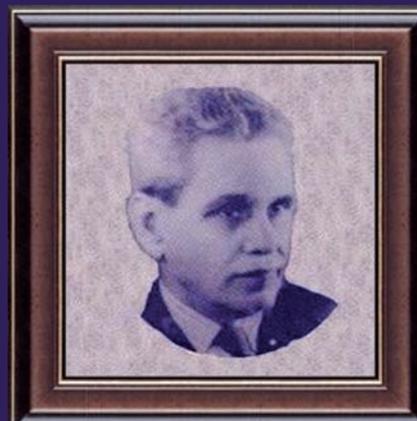
Valendo-se do depoimento de Odilon de Souza Leão Filho, Apratto Tenório (1995, p.227-228) menciona uma das incursões de Muniz ao interior,

(...) à Usina Serra Grande, feudo inacessível da família Lira quando indo criar o sindicato local foi recebido com hostilidade por um grupo intimidatório de agentes do empresário com trabalhadores coagidos portando faixas que diziam ‘não queremos sindicatos. Estamos satisfeitos sem ele’ quase não o deixando saltar do veículo que o trazia da capital.

A atuação como delegado do trabalho alavancou a carreira política do pernambucano, que se elegeu deputado federal por duas legislaturas consecutivas na década de 1950. Sua atuação na câmara rendeu a citação de seu nome por Afonso Arinos de Melo Franco, como um dos membros mais atuantes da história daquela casa legislativa (TENÓRIO, 1995, p.229).



Muniz Falcão



Silvestre Pércles

Eleições de 1960

As eleições de 3 de outubro de 1960 levaram 123 976 eleitores às urnas em Alagoas (BRASIL. Anuário..., 1964, p.387) e, além de definir o sucessor de Muniz Falcão no palácio dos Martírios, envolveu os cargos de prefeito e de Presidente da República. O pleito transcorreu com relativa tranqüilidade no Estado, com exceção de Palmeira dos Índios, que precisou contar com intervenção federal (OLIVEIRA, 1979, p.27).

Determinadas a retomar o poder do Estado, as diversas estilhas do bloco conservador uniram-se em torno de uma candidatura única, a de Luiz Cavalcante, apesar da resistência inicial dos “caciques” Arnon de Mello e Rui Palmeira (OLIVEIRA, 1979, p.27). Arnon de Mello, um dos responsáveis pelo ingresso de Cavalcante na vida pública, contudo, acabaria – após a eleição – migrando para a oposição, o que pode ser facilmente constatado através do noticiário de seu jornal, *Gazeta de Alagoas*, no período.

Entretanto, “o eleitorado entendia que a oposição de Arnon de Mello era meramente circunstancial, mais em função de homens (sua briga com Luiz Cavalcante) que de princípio” (OLIVEIRA, 1979, p.31). De fato, mais do que integrarem o mesmo bloco, Mello e Cavalcante eram oriundos da mesma fração modernizante-conservadora urbana simpática ao capital multinacional ou associado, estrato hegemônico no interior do bloco que lideraria a modernização capitalista-dependente brasileira durante o regime iniciado em 1964.

Além da classe dos agroindustriais da cana de açúcar, a candidatura de Cavalcante reuniu o estrato dos plantadores de cana, de onde provinha o destacado político conservador Lamenha Filho. Ao usineiro Teotônio Vilela foi destinado – na composição da chapa – o posto de vice-governador (LINS, 2009, p.5).

O sucesso da aglutinação no seio do bloco conservador não se repetiu entre os situacionistas. Três candidatos dividiram o prestígio de Muniz Falcão e o eleitorado trabalhista. Eram eles: o deputado Abrahão Moura – mais próximo de Muniz –, o paradoxal Silvestre Péricles – ex-governador –, e o deputado Ary Pitombo. O resultado do pleito confirmou o erro estratégico do trio. Ao passo que Silvestre obteve o maior número de votos na capital, o munizista Abrahão Moura venceu no interior. A Cavalcante restou o segundo lugar, tanto em Maceió quanto no interior, o suficiente para somar mais votos no total e eleger-se governador com uma margem pouco convincente de menos de 2 mil votos (OLIVEIRA, 1979, p.28).

A vitória devolveu ao bloco conservador o poder de Estado às vésperas do movimento golpista de 1964, uma conquista estratégica e de refluxo dos movimentos sociais, justamente entre os Estados de Pernambuco e

Sergipe, onde os progressistas Miguel Arraes e Seixas Dória, respectivamente, eram eleitos. O domínio do bloco conservador só não se tornou completo em função do surpreendente e destoante sufrágio do radialista Sandoval Caju para a prefeitura de Maceió; vitória pouco provável em um pleito que contava com candidaturas de peso como as do deputado Jorge Quintela – incontestado candidato do bloco conservador –, do ex-prefeito e ex-deputado Joaquim Leão – pelo Partido Trabalhista Brasileiro – e do ex-deputado estadual e federal Cleto Marques Luz – nome mais organicamente ligado à fração munizista (CAJU, 1991, p.148-149).

Cavalcante e Caju

Devidamente empossado, Luiz Cavalcante não prescindiu de nomes experientes para compor o seu secretariado, como os reputados médicos Deraldo Campos e Ib Gato Falcão, que assumiram as pastas da Educação e da Saúde, respectivamente (ALBUQUERQUE, 2000, p.233-234). Contudo, o novo governador ousou ao nomear “(...) três jovens recém-saídos da faculdade e da adolescência (...)” (ALBUQUERQUE, 2000, p.233). Eram eles: José de Melo Gomes, que ocupou a pasta da Viação, Everaldo Macedo, no gabinete do governador, e um certo Divaldo Suruagy, que se tornaria um fenômeno da política alagoana, na pasta da Fazenda (ALBUQUERQUE, 2000, p.233). Em pouco tempo o trio passaria a ser chamado, jocosamente, de “jardim infantil”, alcunha inicialmente burilada pela oposição (OLIVEIRA, 1979, p.33).

Então com 24 anos e recém-formado em economia, Suruagy destacou-se e obteve a confiança de Cavalcante. Mais tarde, em seu livro *Chefe de Estado* (1994, p.54), admitiria: “surpreendeu-me o convite. Jamais imaginaria a possibilidade de assumir a Secretaria da Fazenda e da Produção do Estado de Alagoas. (...) Muito jovem ainda, não poderia, nem nos meus mais caros devaneios, alimentar a idéia de ser o responsável pelo emprego do dinheiro público alagoano”.

No governo, Luiz Cavalcante, bem relacionado com os Estados Unidos, articulou estágio para professores naquele país e recebeu honrarias da Agência Internacional de Desenvolvimento (USAID), por intermédio de seu Secretário de Educação (ALBUQUERQUE, 2000, p.235-237). Carismático, costumava protagonizar peculiares momentos de descontração: não raro, ocupava-se com crianças na praça em frente ao palácio, onde se misturava a ponto de chegar a brincar de peão e a soltar pipa, além de comprar e dividir guloseimas com os meninos (ALBUQUERQUE, 2000, p.232). Tal atitude, recorrente, nem sempre era bem vista, especialmente pela oposição, como é possível detectar no prisma do depoimento de Sandoval Caju (1991, p.190), seu desafeto político:

Deixando, quase sempre, sobre a mesa de despachos, centenas de processos administrativos, à espera de sua assinatura, em Maceió, juntava-se, às vezes, a um bando de moleques de rua e, no meio deles, sentava-se no chão das calçadas, a chupar roletes de cana, laranjas e pitombas, na mais ruidosa ‘confraternização’...

Por ser devotado anticomunista e feroz opositor do presidente João Goulart, Cavalcante – como era de se esperar – enfrentou as oposições de seus perseguidos e de setores mais progressistas da sociedade (SURUAGY, 2007, p.31). Somado a estes, havia ainda a oposição circunstancial de Arnon de Mello e de seu jornal.

Nascido em Rio Largo – na grande Maceió –, Cavalcante era engenheiro e militar de carreira. Ingressou no Exército na cidade do Recife e chegou ao posto de General (SURUAGY, 1994, p.54), embora continuasse a utilizar a patente de Major em suas campanhas políticas. Seu ingresso na vida pública deu-se justamente durante o governo de Arnon de Mello, quando fora convidado a retornar a Alagoas para ocupar a diretoria geral da Comissão de Estradas e Rodagens. Além de governador, Cavalcante cumpriu mandatos como deputado federal e senador da República (SURUAGY, 1994, p.54-55).

Enquanto na esfera estadual, Cavalcante beneficiava-se da hegemonia de seu bloco na Assembléia Legislativa; na capital, a Câmara de Vereadores não esperou sequer o desfecho do primeiro mês de mandato do novo prefeito para providenciar um requerimento de *impeachment*. A animosidade entre o executivo e o legislativo municipal foi intensa desde o princípio e acentuou-se após a desastrosa atitude de Caju de proibir a entrada do vereador da oposição e acadêmico de medicina, Domício Falcão, nas dependências do hospital municipal. A medida foi o estopim para a primeira tentativa de *impeachment* contra Caju, o que acabou não ocorrendo em função do grande apoio popular ao prefeito.

Administrar Maceió com a parca finança municipal não era tarefa fácil. Uma das primeiras medidas de Sandoval Caju, depois de eleito, foi a de disponibilizar, em caráter emergencial, o automóvel do gabinete ao hospital de pronto socorro municipal, que recebia pacientes de todo o Estado e que, na ocasião, não possuía viatura própria. O fato é lembrado pelo próprio Caju em seu livro de memórias com o sugestivo título *O Conversador* (1991, p.160): “Vitorioso no pleito, (...) convoquei o desenhista municipal, Lauro Menezes, a quem incumbi a colocação de três cruzeiros brancos de esparadrapo nas laterais e traseira do automóvel (...) único veículo do gabinete (...)”.

No mais, seu mandato – interrompido pelo regime ditatorial modernizante-conservador – ficou marcado

pela revitalização de praças, o que lhe valeu o epíteto de o prefeito das praças (BARROS, 2005, p.191).

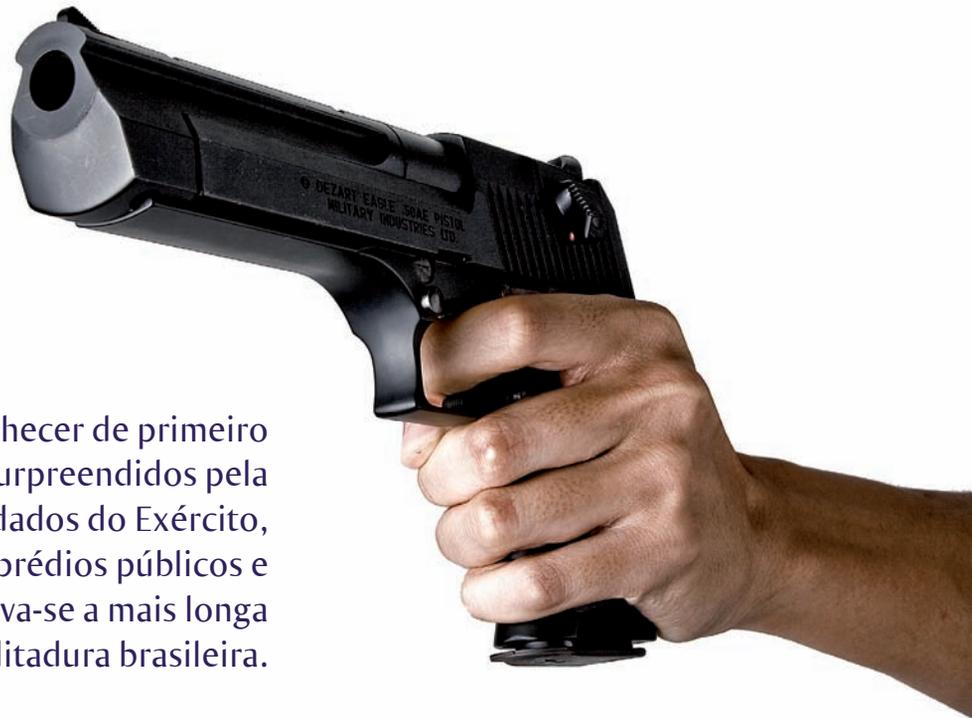
Nascido em 16 de novembro de 1923, em Bonito de Santa Fé, Paraíba, Sandoval Ferreira Caju, além de radialista, foi advogado, ofício que exerceu, sobretudo, após o golpe de 1964, na cidade do Recife, embora continuasse residindo em Maceió (CAJU, 1991, p.163). Também foi poeta, com publicações como *Poesia despida*, de 1969 (BARROS, 2005, p.191).

Golpe de Estado

A despeito de toda a disputa – ou de esforços de disputa – entre os blocos conservador e trabalhista, às vésperas do dia 1º de abril de 1964, em Alagoas, o primeiro grupo levava ampla vantagem. Representado no executivo estadual por Luiz Cavalcante, com significativa maioria na Assembléia e entre os congressistas nacionais, as oligarquias tradicionais encontravam como único empecilho a prefeitura de Maceió. Todavia, Sandoval Caju – acuado pela oposição e sem vinculações orgânicas ou ideológicas com as esquerdas – não preocupava. “Coisa nova, mesmo, entre as elites, só um temos ‘preventivo’ pelas possíveis e prováveis influências esquerdizantes vindas do grande vizinho, o Estado de Pernambuco, governado pelo ‘subversivo’ Miguel Arraes” (LINS, 2009, p.6).

Temor que alcançou o ápice quando da articulação do primeiro grande comício no centro de Maceió, previsto para o dia 28 de março de 1964 e com as presenças confirmadas dos líderes reformistas-trabalhistas Miguel Arraes e Leonel Brizola. A tensão tornou-se evidente com a profusão de rumores de que Arraes e Brizola seriam assassinados durante o evento por pistoleiros contratados para este fim. Um grupo de proteção foi organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores, mas o comício não foi realizado. Luiz Cavalcante, por meio da Secretaria de Segurança, proibiu o evento e valeu-se de repressão para certificar-se da não realização do ato (SURUAGY, 2007, p.31-32).

Poucos dias depois, no amanhecer de primeiro de abril, os alagoanos foram surpreendidos pela ostensiva presença de soldados do Exército, devidamente armados, em prédios públicos e logradouros (LINS, 2009, p.7). Iniciava-se a mais longa ditadura brasileira. O governador Luiz Cavalcante, que desde a renúncia de Quadros já se solidarizava com os conspiradores, somou esforços ao movimento golpista desde a madrugada, chegando a reunir o seu secretariado, a checar “(...) o seu dispositivo para fechar o Estado, quando necessário” e a oferecer “(...) tropas ao IV Exército para dominar qualquer possível confusão ou resistência” (ALBUQUERQUE, 2000, p.231). *Pari passu*, os governadores dos vizinhos Estados de Pernambuco e Sergipe eram depostos.



Poucos dias depois, no amanhecer de primeiro de abril, os alagoanos foram surpreendidos pela ostensiva presença de soldados do Exército, devidamente armados, em prédios públicos e logradouros (LINS, 2009, p.7). Iniciava-se a mais longa ditadura brasileira.

Não demorou e as prisões de líderes como Jaime Miranda, José Alípio Vieira Pinto, Dirceu Lindoso, Teófilo Lins e Roland Benamour prenunciaram as atrocidades com as quais o Brasil conviveria dali por diante. Jaime Miranda, como já visto, tornar-se-ia desaparecido político; o sindicalista Rubens Colaço agonizou torturado (MIRANDA, 2004, p.5), ao passo que o líder político, José Moura Rocha – oriundo do movimento estudantil e advogado por formação, – não apenas foi preso, como colocado na mesma cela onde estavam encarcerados “(...) dois assassinos condenados num júri onde Moura havia sido um dos advogados de acusação (...)” (LINS, 2009, p.8).

O jornal semanal *A Voz do Povo*, do PCB – que, anos antes, durante o governo Muniz Falcão, tinha vivido os seus anos áureos – foi incendiado por indivíduos da extrema direita, ligados à polícia civil e ao grupo Patrulha Nacional Cristã (MIRANDA, 2004, p.5). O incêndio acarretou na destruição de todo o arquivo do periódico.

No dia 28 de abril, foi a vez do prefeito de Maceió voltar a ser importunado. Mesmo negando qualquer simpatia pela ideologia marxista (CAJU, 1991, p.176), Sandoval Caju foi afastado do cargo. Após tentar, sem sucesso, constituir sua defesa perante a justiça, acabou cassado e suspenso em seus direitos políticos por meio do Ato Institucional nº 1.

O ex-prefeito menciona em seu livro de memórias o então governador, Luiz Cavalcante, como o grande responsável por sua cassação, na medida em que “(...) aproveitando-se da oportunidade que o maldito golpe militar de 1964 proporcionava às figuras nulas e desprestigias do país” e “movido por um despeito idiota e venenoso, tratou de endoar o meu nome perante as autoridades plantonistas”, tendo em vista a eliminação de um rival no cenário político (CAJU, 1991, p.169).

No ano seguinte, o pleito que elegeria o sucessor de Cavalcante foi marcado por práticas de “suborno, perseguições, embuste, corrupção, violências” e “arbitrariedades” (TENÓRIO, 1995, p.232), o que não impediu a vitória de Muniz sobre o senador udenista Rui Palmeira, o candidato da ditadura.

Contudo, a despeito da larga vantagem angariada nas urnas, Muniz foi impedido de tomar posse, sob o pretexto de não ter obtido a maioria absoluta dos votos (QUEIROZ, 1999, p.122). Tal impedimento ocorria, ironicamente, na eleição seguinte ao pleito que havia eleito, com uma margem bastante inferior a de agora, o conservador Luiz Cavalcante, que chegou, inclusive, a perder na capital e no interior.

O presidente golpista, general Castelo Branco, nomeou, então, o interventor João José Batista Tubino, que assumiu o Estado por oito meses (OLIVEIRA, 1979, p.32),

até ser substituído pelo proprietário rural Lamenha Filho (1966-1971) (QUEIROZ, 1999, p.127-128).

Profundamente abalado pelo impedimento, Muniz Falcão – então com 51 anos – foi vencido por um câncer em 14 de junho de 1966, no Hospital Português, no Recife (TENÓRIO, 1995, p.233). No mesmo dia, era sepultado também o bloco populista-trabalhista que, completamente desarticulado pela ditadura, encerrava o seu ciclo em Alagoas. Uma comovente e grande manifestação popular – interpretada como o primeiro ato de massa no Estado contra a ditadura modernizante-conservadora (LINS, 2009, p.2) – compôs a marcha fúnebre do ex-delegado do trabalho ao cemitério Nossa Senhora da Piedade, em Maceió. Sobre o seu túmulo, uma clara demonstração de pesar de um povo tolhido por uma oligarquia violenta: milhares de títulos de eleitor rasgados depositados aos montes pelos presentes; ato derradeiro que, como bem frisa o historiador Apratto Tenório (1995, p.220), remetia a uma cena de clamor de Fedra ou Antígona.

Considerações finais

Com a pesquisa sobre a conjuntura de Alagoas no pré-1964 - que incluiu uma esclarecedora entrevista com o historiador e professor da Universidade Federal de Alagoas e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, Alberto Saldanha –, descortinou-se a existência de dois blocos-históricos antagônicos que disputavam o poder de Estado. Eram eles: o bloco populista-trabalhista e o tradicional bloco conservador. Embora fossem marcados pela heterogeneidade, tais blocos mantinham-se, cada qual, coesos por ideais que seguiam a tendência do embate verificado no cenário nacional: trabalhismo-reformista *versus* conservadores-modernizantes.

Entretanto, apesar de uma possível disputa pelo consenso – ainda que incipiente –, prevaleceu o recurso de uma ditadura sem hegemonia – o golpe de Estado de 1964 –, engendrado pelo bloco modernizante-conservador em nível nacional. O movimento golpista contou com o apoio do então governador de Alagoas, Luiz Cavalcante, que integrava o bloco conservador.

O advento do regime ditatorial modernizante-conservador culminaria com a desmobilização dos movimentos sociais e das esquerdas no Estado das Alagoas (MIRANDA, 2004, p.10) e com o sepultamento do bloco populista-trabalhista – da forma como era concebido no pré-1964 –, que, completamente desarticulado pela ditadura, encerrava o seu ciclo no Estado.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. *História de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 2000.
BALLOUSSIER, Marco André. *Almanaque Brasil*. Rio de

Janeiro: Terceiro Milênio, 2000.

BARROS, Francisco Reinaldo de. *ABC das Alagoas: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas*. Brasília: Senado Federal, 2005. Tomo I

BRASIL. *Anuário Estatístico do Brasil – 1964*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística / IBGE, 1964.

_____. *VII Recenseamento geral do Brasil – 1960: Sinopse preliminar do censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1962.

CAJU, Sandoval. *O Conversador (memórias)*. 2. ed. Maceió: Sergasa, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. O desafio dos que pensaram bem o Brasil. *Lua Nova* [On line], São Paulo, 2001, n. 54, p. 103–113. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n54/a05n54.pdf>>. Acesso em: 24 de set. 2009.

LINS, Enio. *Alagoas: pastoril de trágicas jornadas*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_alagoas_01.pdf> Acesso em: 29 set. 2009.

MIRANDA, Anivaldo de. *Alagoas e o golpe de 1964*. Maceió: Edições do Partido Popular Socialista, 2004.

OLIVEIRA, Nilton de. *Eu fui testemunha (vinte anos de política)*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1979.

QUEIROZ, Álvaro. *Episódios da história das Alagoas*. 2. ed. Maceió: Catavento, 1999.

SURUAGY, Divaldo. *Chefe de Estado*. Brasília: Senado Federal, 1994.

_____. *Rui Palmeira – o político*. 3. ed. Maceió: Imprensa Oficial de Alagoas, 2007.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo (o impeachment de Muniz Falcão)*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1995.

ZAIDAN, Tiago. *Relatório da entrevista de campo realizada com o historiador e professor: Alberto Saldanha*. Maceió, 2009.



Tiago Eloy Zaidan
Graduado em Comunicação
Social pela Universidade
Federal de Alagoas,
mestrando do programa
de Pós-Graduação
em Comunicação da
Universidade Federal de
Pernambuco
eloyzaidan@gmail.com